

Entraves à mobilização para o exercício da cidadania na Comunidade do Pina¹

Kelly Regina Santos da Silva²
Margarita Maria Lara Neves³

Resumo

A cidade do Recife, a semelhança de outros centros urbanos brasileiros, se caracteriza por ter adotado um modelo de desenvolvimento pautado na lógica do mercado. Muito embora se tenha à disposição um determinado montante de meios e instrumentos de participação e reivindicação social, percebe-se certo asfixiamento decorrente da força do crescimento econômico aliado aos interesses dos grupos hegemônicos e à complacência do Estado. Ainda, observa-se um contexto de fragilidade na coesão social, ou mesmo, uma ausência dela frente aos conflitos provocados pela subordinação desta aos grupos supracitados. O presente artigo se propõe a apresentar algumas reflexões no que concerne ao desafio de coletivizar os conflitos, gerando assim uma mobilização social e, conseqüentemente, garantindo uma ação cidadã participativa diante dos processos já em curso e que atentam contra os direitos constitucionais e os direitos humanos. Contribui também com aportes teóricos que promovem uma reflexão do que representa a construção de espaços de apropriação cultural, o enobrecimento e a conseqüente exclusão social, e a força do imaginário urbano materializado nas paisagens construídas de centralização do poder. O nosso objeto de estudo é a comunidade do Pina, que vem recebendo os impactos da construção do empreendimento comercial Shopping RioMar. Aqui dialogaremos sobre o conceito de conflito e a importância do exercício da cidadania para a garantia do Direito à Cidade.

¹ Este artigo traz algumas reflexões anteriormente realizadas pela autora na monografia de conclusão do Curso de Especialização em Direitos Humanos (maio de 2012) cujo título é: *Novos Negócios Imobiliários e velhas práticas de exclusão social: uma violação do direito à cidade*, sob orientação da Profa. Dra. Margarita Maria Lara Neves.

² Graduada em Filosofia e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFPE, bolsista CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Investigação em Métodos Não - Violentos de Resolução de Conflitos do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP.

³ Doutora em Política Urbana pelo MDU/UFPE (2006). Docente do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas em nível de graduação e pós-graduação (desde 2008). Professora visitante do Curso de pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente em fase de elaboração do projeto de pós-doutorado em filosofia política e terrorismo internacional.

Palavras-chaves: cidadania; direito à cidade; apropriação espacial, social e cultural; enobrecimento; paisagem do poder; imaginário urbano.

O Cenário desde uma perspectiva histórica

O empreendimento comercial Shopping RioMar está localizado no bairro do Pina, assim como se observaria numa cidade segregada, alguns bairros também estão marcados pelas discrepâncias econômicas e sociais. A região do bairro do Pina é uma delas, sendo possível falar em “dois” bairros com indicadores urbanísticos, econômicos e sociais bem distintos.

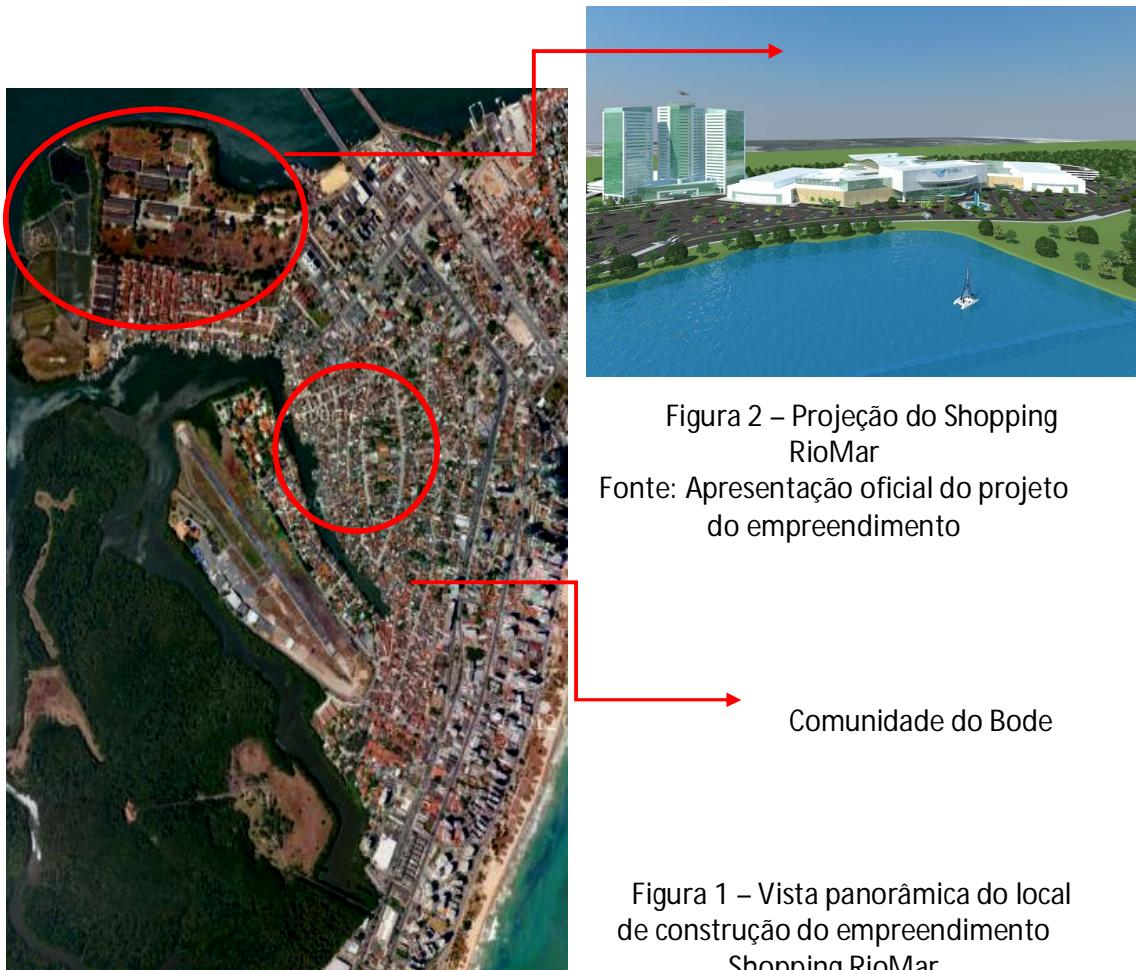


Figura 2 – Projeção do Shopping RioMar

Fonte: Apresentação oficial do projeto do empreendimento

Comunidade do Bode

Figura 1 – Vista panorâmica do local de construção do empreendimento Shopping RioMar

Fonte: Google Maps

Em um breve histórico da comunidade ressalta-se o contexto colonial marcado por violações, mas também por formas de resistência que até hoje permanecem, a exemplo da acentuada representatividade das religiões de matriz africana nos terreiros, sendo o bairro do Pina apontado por alguns estudiosos como um quilombo urbano.

O Pina, originalmente, era uma ilha cercada por rios e riachos. Ao longo do processo de colonização, essa ilha foi um dos primeiros pontos a serem ocupados, assim como as construções dos jesuítas que marcaram esse período: as fazendas e a respectiva casa grande, as senzalas e os espaços de catequização. Espaço marcado pelo tráfico de negras e negros vindos da África. Por ser um local de difícil acesso, favoreceu a exploração da mão de obra para exportação, principalmente do açúcar, por parte dos irmãos Pina, cujo nome posteriormente foi dado ao bairro.

O advento da invasão holandesa à região, onde prevalecia a população de negras e negros escravizados, e outras invasões subsequentes provocaram a expulsão e a fuga de moradores a outras regiões da cidade, no caso a Jaboatão dos Guararapes. Foi um período marcado por grandes lutas e resistências entre os invasores e o povo escravizado. Outros relatos também dão conta de que o bairro do Pina, no processo de colonização, serviu para abrigar negras e negros que chegavam ao Porto do Recife, sofrendo de alguma doença. Posteriormente, por acreditarem que os ventos levavam as doenças do Pina ao centro do Recife, esse local foi transferido ao bairro de Santo Amaro.

Com a formalização do fim da escravidão, o Pina – assim como outras regiões da cidade – foi ocupado pela população majoritariamente negra, que vivia em assentamentos denominados de mocambos. O espaço estava em constantes transformações para agregar mais pessoas que se encontravam nas mesmas condições, transformando com seu trabalho aquele local e a fim de suprir suas condições de existência. Contudo, o uso do litoral pela população de classe média mudou ao longo da história; o lugar que antes servia para depositar os dejetos e o lixo, conseqüentemente habitado pelas populações escravizadas, passou a ser um lugar destinado à prática do lazer e da cura. Como resultado dessa mudança de perspectivas

em relação ao uso e ocupação do espaço, chegaram as primeiras formas de especulação advindas de uma concepção de modernidade urbana.

Naqueles tempos, muitas foram as pressões e motivações para a construção de pontes e estradas que satisfizessem essa nova demanda da classe média, que contou com o poder público para realizá-la, muito embora, posteriormente, na construção da rede de esgotamento sanitário do Recife, a praia do Pina voltasse a ser o local de escoamento dos dejetos. Se por um lado o Recife estava atendido pela rede de esgotamento sanitário, por outro, o bairro do Pina, que detinha elevados contingentes de população em precárias condições de moradia, em nada era beneficiado; muito pelo contrário, serviria mais uma vez para ser o lugar de despejo dos dejetos da cidade. O bairro do Pina, assim como outras localidades do Recife, no século XX, foi se modernizando e as grandes construções urbanas nesse período fortaleceram a segregação sócio-espacial, a urbanização da orla e as construções de grandes vias de circulação no entorno da comunidade.

Vale ressaltar que, ao longo da história da comunidade do Pina muitos foram e ainda são os espaços de resistência da população, predominantemente negra, sendo esses espaços até hoje compreendidos como espaços de lutas políticas e culturais. Assim, o bairro é marcado pela presença de muitas organizações da sociedade civil e grupos comunitários que aspiram a melhores condições de existência da população.

Dialogando sobre o conflito

É muito comum na definição de conflito, encontrarmos questões voltadas ao campo da existência humana, ou seja, o estar-no-mundo já nos coloca em conflito pela própria singularidade do Ser que tem que dialogar com outros mundos para poder significar sua própria existência, como nos lembra Carlos Drummond de Andrade: “Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano é um estranho ímpar”. Muito embora essa seja uma definição sobre o conflito, aqui trataremos de um conflito histórico e extremamente complexo, trata-se da relação capitalista que desde sempre foi razão de conflitos principalmente no que concerne à relação sociedade natureza e à supremacia econômica. É um conflito que, do contrário do campo existencial, nos coloca frente a

frente a uma gama de violações aos direitos humanos, restando o enfrentamento deste por meio da participação social, entendendo esta como a radicalização do exercício democrático.

Nesta perspectiva o conflito aqui analisado concerne às forças do mercado que se fortalecem em parceria com o poder político do Estado. Contudo, diante da perspectiva de prosperidade, desenvolvimento e globalização, frente à construção de grandes empreendimentos comerciais e empresariais ficam as perspectivas de uma nova vida, de uma nova comunidade, garantias de emprego e mobilidade social. Todos esses possíveis resultados positivos ganham força e fazem surgir o terreno fértil da espera e da esperança, que só ajuda a manter o sistema capitalista em funcionamento, tendo em vista a não concretização dessas promessas, ou no máximo ações paliativas e apaziguadoras.

Aqui chamamos a atenção para o conceito de ideologia, percebida como, “um conjunto de representações socioculturais pelas quais os homens se relacionam com suas condições de existência.” (GARCIA, 2006). A ideologia tem um papel fundamental na manutenção dos padrões sociais já estabelecidos, bem como, na dominação dos sentidos. No contexto de mercado, a ideologia garante a disseminação das ideias de esperança, prosperidade, liberdade, igualdade, todas elas associadas à relação de consumo e de acesso. A ideologia da modernização aliada ao elemento da prosperidade proporciona o funcionamento do plano de desenvolvimento meramente econômico da cidade.

Tim Jackson⁴ enfatiza que nesse modelo de crescimento econômico que estamos encapsulados, caímos em uma ironia, uma vez que *“vendemos a prosperidade quase literalmente em termos de dinheiro e crescimento econômico”*, isso porque, no sistema capitalista tudo se monetariza e se integra ao fluxo de consumo. Nesse sentido, os investimentos realizados são pautados na busca pela novidade, é a produção de consumo da novidade que por sua vez, estimula o crescimento

⁴ Ver vídeo: Tim Jackson's economic reality check – Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=NZsp_EdO2Xk - Acessado em 20 de agosto de 2012.

econômico, ou melhor, garante o seu pleno funcionamento, através da produção e reprodução do “novo”, é uma nova cidade, um novo espaço urbano em contraposição ao antigo que não representa mais uma cidade próspera.

Assim, outros processos são percebidos como menos significativos, ou não ganham o peso necessário e capaz de promover a indignação, haja vista que as promessas propostas não chegam de fato ao cotidiano da comunidade. Apenas uma face aparece, a da especulação imobiliária silenciosa. Segundo relatos de moradores e moradoras, desde as primeiras notícias sobre o início da construção do empreendimento comercial em foco – Shopping RioMar-, em 2009, já receberam visitas de diversas empresas do ramo imobiliário, demonstrando interesse pela compra de algumas casas da comunidade. Ainda segundo esses relatos, temos a informação de que algumas delas já foram vendidas por poucos recursos que, de forma alguma garantiram a compra de outro imóvel. O cotidiano da especulação tem levado moradores e moradoras a pensar na real possibilidade de venda de suas casas, seduzidos por ações compensatórias, muito embora, relatos também registrem famílias que estão resistindo a esse contexto.

A ideologia da modernização e o discurso do novo, traços de uma cultura autoritária demonstram que o modelo de desenvolvimento em curso é excludente e segregador, privilegia o capital e os interesses de um grupo social de favorecidos, tendo como principais consequências: a pobreza, o desemprego e as disparidades sócio-espaciais, como afirma Rolnik (2002).

Outra questão aparece como um desafio, que é o de alimentar as utopias a fim de que elas ajudem a pensar em formas de participação social que venham a radicalizar a democracia, a partir da coesão social, esta entendida como: “*a dialética entre mecanismos instituídos de inclusão e exclusão social e as respostas, percepções e disposições dos cidadãos diante do modo como tais mecanismos funcionam*”⁵, pois muitos são os espaços criados de participação social, porém, o real controle social a

⁵ Artigo: Coesão Social: Um enfoque conceitual – disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/29354/Cap2Cohesionpr.pdf> - Acessado em: 30 de agosto de 2012.

tensão dialética não se têm concretizado, demonstrando uma tendência para a fragilização da atuação política frente ao crescimento econômico em curso.

Paisagens urbanas: representações da cultura e do poder hegemônicos

Iniciamos as nossas reflexões teóricas pela releitura do conceito de globalização que poderia ser entendido, neste contexto, como um processo de produção de desenvolvimento temporal e espacial desigual. Neste sentido o papel do Estado, que em outros tempos esteve atrelado às questões do bem-estar social, passou a estar disciplinado pelo capital financeiro, pela austeridade fiscal e pela forma de descobrir estratégias de criar um clima favorável aos negócios, também de caráter imobiliário, àqueles que propiciam uma maior rentabilidade do capital especulativo.

Isto não significa que o Estado tenha sido 'esvaziado', ele apenas passou a se interessar mais intensamente por certos segmentos da vida política e econômica e a tornar-se mais intervencionista do que antes nesses setores. As parcerias público-privadas têm viabilizado o processo de 'destruição criadora', um exemplo da violência com que tem sido promovido o desenvolvimento geográfico desigual, de características anárquicas e de elevada volatilidade, e que produz diferenças na apropriação sociocultural do ambiente natural e construído. Essas parcerias têm favorecido a reconstrução social de uma paisagem urbana e a sua comercialização para o consumo visual.

Os conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno do acesso a recursos materiais se sobrepõem a todos os esforços de cultivar o respeito a questões globais importantes, como por exemplo, os direitos humanos e a preservação da biodiversidade, a emissão de gases do efeito estufa ou mesmo a regulamentação fundiária no sentido de evitar o desflorestamento ou a desertificação, têm auxiliado na definição de campos possíveis de ação política. A globalização está associada a um alto nível de autodestruição, de desvalorização e falência de alguns lugares, o que acarreta a vulnerabilidade de elevados contingentes populacionais, elevando também o desemprego e a conseqüente degradação da qualidade de vida. A globalização ainda concentra riqueza e poder, promovendo oportunidades político-econômicas em

algumas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de reduzidos estratos sociais.

A paisagem não é apenas uma construção material, é também uma representação simbólica das relações sociais e espaciais. O espaço é uma testemunha da história, cada espaço faz parte de diferentes narrativas históricas, assim quando se reivindica um espaço histórico, recupera-se uma interpretação específica da história, do ponto de vista de um grupo social específico. O processo social de construção de uma paisagem depende da fragmentação econômica de antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que é fortemente matizada pelas novas formas de apropriação cultural. Os *shoppings*, nesse contexto, constituem uma estratégia de aumento do valor econômico incorporado ao espaço urbano pela renovação enquanto espaços de consumo. (ZUKIN, 1988).

Uma cultura global comum orientada para o consumo e a perceptível destruição criadora da paisagem urbana promovida pela iniciativa privada fazem do 'enobrecimento' os mapeamentos da cultura e poder hegemônicos. A paisagem é o conceito-chave para compreender a transformação espacial do lugar, uma ordem espacial imposta ao ambiente - natural ou construído. Ela é construída em torno das instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições.

Assim, a paisagem materializa uma assimetria entre o poder econômico e o elemento cultural. Essa assimetria de poder configura o sentido dual da paisagem: "...a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos sem poder..." nas palavras de Zukin (1988), e onde os interesses capitalistas desempenham um papel fundamental enquanto agentes dessa dualidade mercado e lugar. Esta condição inverte o ditado de Jameson (1984) onde afirma que a arquitetura é o símbolo do capitalismo, contrariamente, a arquitetura parece ser o capital do simbolismo.

A mudança do valor econômico do solo urbano em relação a outros investimentos fornece o contexto no qual a paisagem foi construída ao longo do tempo. Porém, a legitimação do uso do espaço por grupos sociais específicos decorre dos padrões culturais de ocupação histórica; certamente a construção social de qualquer paisagem urbana associa poder político, supremacia econômica e legitimação cultural.

Antigamente, o modo de consumo nas cidades era de caráter essencialmente didático, seu patrimônio cultural se reproduzia na representação simbólica da memória coletiva, dos afetos, das lembranças, do passado, da história e da tradição. Contrariamente, as cidades contemporâneas são consumidas em relação direta à velocidade dos negócios imobiliários e à necessidade de reconstrução das paisagens urbanas para renovação do consumo visual, onde o entretenimento é a finalidade essencial.

O processo de apropriação cultural denominado “enobrecimento” é induzido pelas forças do mercado e não como uma ação de planejamento do Estado. Começa nos bairros urbanos históricos ou mesmo naqueles que abrigam os usos da classe baixa. Este processo se dá em duas etapas: primeiramente, um grupo social não relacionado nativamente ao vernacular (construção sócio-espacial realizada pelos desprovidos do poder) assume uma perspectiva do lugar, impondo posteriormente nele sua visão de mundo, assim eles convertem o vernacular em paisagem (construção sócio-espacial realizada pelos detentores do poder) o que deriva num processo material de apropriação espacial. (ZUKIN, 1991).

A identidade coletiva é definida por uma estratégia de apropriação cultural e espacial e ao mesmo tempo é percebida e simbolizada pelo consumo visual do lugar. A comunicação dessas imagens torna-se uma forma de controle social, um espaço ‘domesticado’ onde os significados sociais e culturais do passado se ocultam nas novas representações sociais e espaciais que constituem a paisagem do poder. O lugar reage contra as forças propulsoras da renovação urbana, sejam elas financiadas por investidores urbanos ou pelo Estado, a paisagem, portanto, se constrói pela sobreposição de conflitos, pela memória histórica, pela diversão como instrumento de controle social e pela cultura da natureza.

A mídia molda a percepção e a sensibilidade do social, propiciando visibilidade à política urbana; a transformação do espaço urbano toma sentido na medida em que está associado à veiculação de imagens para o consumo visual, aos efeitos espaciais da intervenção proposta. O resultado dessa intervenção é parcial e está ancorado na produção de um novo cenário que redesenha a paisagem urbana; transformam-se as

práticas de consumo e as 'estruturas de sentimento' que são capazes de promover uma nova cultura que altera a noção de temporalidade e de territorialidade.

A proposta se centraliza na ideia de colocar a cidade no circuito internacional de cidades; o funcionamento desse sistema hegemônico está norteado pela razão tecnológica que exclui as originalidades e rompe com a constituição das identidades do lugar. O desenvolvimento urbano, portanto, fica reduzido a uma competição entre cidades e a dimensão social reduzida em importância.

Bourdieu (1999) admite que o sistema simbólico seja constituído de instrumentos políticos que legitimem a dominação de uma classe sobre outra, impondo seus interesses e posições ideológicas. O espaço urbano subordinado ao controle e à vigilância do grupo hegemônico da sociedade contextualiza as relações de dominação e impõe os privilégios econômicos obtidos pela ocupação seletiva do território, hierarquizando o espaço social e promovendo a exclusão de grupos desprovidos de qualquer interesse de parte do capital imobiliário.

É preciso compreender que a autonomia, livre expressão da vontade do indivíduo, desorienta as estruturas de dominação e subordinação que se materializam na exclusão social; trata-se de uma ação da vontade coletiva, da aquisição de um conjunto de valores que orientem para a reconstrução de um processo que resgate a condição humana do sujeito, que se amplie cotidianamente e que se legitime como um espaço simbólico privilegiado de resistência social. A intencionalidade materializada em cada ação de reordenamento espacial reafirma a cultura de dominação das elites e a fragilidade da integração social, acentuando as diferenças na forma de apropriação do espaço construído.

Provocando o exercício da cidadania

À luz do geógrafo Milton Santos, analisaremos a seguir o exercício da cidadania diante do contexto apresentado anteriormente. A presença do Estado demanda uma atitude política de parte da sociedade que busca a garantia de seus direitos. Trata-se de uma relação dialógica uma vez que a sociedade civil, entendida como um corpo social formado por pessoas que buscam a garantia de seus direitos existe a despeito do

Estado que é um dos principais meios garantidores destes. Desse modo, a cidadania como processo de luta tem uma dependência direta com: a) a natureza do Estado e do regime vivenciado; b) o tipo de sociedade estabelecida e; c) o grau de *indignação* da sociedade civil em movimento. O sistema capitalista não toma o lugar do Estado, mas, o Estado é um dos seus protagonistas e facilitador dos interesses dos grupos econômicos.

Santos (2007) chama a atenção para a constituição de uma cidadania que ressalta os diversos fatores que contribuem para a formação de consumidores/usuários, o que só fragiliza a própria ideia de cidadania, dentre eles:

“[...] as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante [...], o triunfo ainda superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social.

Sob esse aspecto, não se pode perder de vista o legado das teorias pós-coloniais, que fazem refletir sobre a colonialidade do poder⁶ em diversos aspectos que perduram até hoje, quais sejam: as políticas subordinadas e os modelos de desenvolvimento econômico que respondam a demandas externas e perpetuem as injustiças internas intactas, a partir da concentração do poder político e econômico de parte de alguns, garantindo o acesso e o consumo historicamente excludente⁷, que é

⁶ Quijano (2005), em suas reflexões sobre o processo colonial na América Latina, ressalta que as formas de dominação e justificativas da colonização produziram identidades históricas a partir da ideia de raça que “[...] foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.” É nesse sentido que se observam a necessidade de analisar os processos de modernização e a “ideologia da modernização” sem perder de vista os pressupostos pós-coloniais, uma vez que, “essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo [...]”. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

⁷ Chama-se a atenção para a Lei de Terras, n.º 601, de 18 de setembro de 1850, que, diante das pressões e lutas pela garantia da dignidade humana do povo escravizado, resultando, assim, no processo de “libertação da escravatura”, representou o primeiro documento que trata das questões fundiárias no país (BRASIL, 1850). Essa lei determinou que só seria possível possuir terras no Império por meio da compra, ficando todas as terras livres e devolutas em poder do Império. São as primeiras movimentações históricas de privatização da terra e segregação e exclusão socioespacial, uma vez que

refletido pela própria formação sócio-espacial brasileira, que no atual contexto, “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.” (SANTOS, 2007).

É nessa sociedade de consumo que o “milagre econômico”, faz com que, por meio da força ideológica, a impressão de inclusão e de crescimento seja maior e muito mais forte do que os resultados concretos e materiais. É o fenômeno ideológico da prosperidade a que nos referimos anteriormente. Diretamente ligada a uma questão existencial a sociedade de consumo substitui paulatinamente o ser-cidadão pelo ser-de-consumo ou para-o-consumo, como também coloca Santos (2007), “Onde não há cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito”, que tem sua realização nos templos de consumo também denominados *shoppings*.

Os processos de alienação favorecem a fragmentação do conhecimento sobre a realidade e conseqüentemente sobre os impactos negativos que grandes empreendimentos podem trazer para as comunidades que não fazem parte desse modelo de modernização fundamentado no crescimento econômico.

Em alguns outros relatos de moradores e moradoras verifica-se o receio quanto ao apagamento da história do bairro e das formas de resistência até agora empreendidas. São questionamentos que se aproximam do tema do enraizamento⁸ que dialoga perfeitamente com o direito ao entorno, tendo em vista que muitas famílias já estão na quarta geração e todos continuam morando no bairro.

São pertinentes as colocações de Simone Weil neste sentido:

ficaram fora desse processo comunidades e populações outrora escravizadas, entenda-se, população negra e indígena.

⁸ Destacam-se as reflexões trazidas por Fernando Frochtengarten (2005), um elemento importante para a reflexão diante do modelo de desenvolvimento em curso e os conflitos comunitários: “A urbanização tradicional, acidentada e orientada pelo capital, não raramente faz minguar a intimidade entre a vida compartilhada por um grupo de pessoas e a geografia do lugar. É o caso de paisagens das grandes cidades que vêm sendo subitamente rasgadas por grandes obras. [...] São circunstâncias que espoliam lembranças porque diluem os apoios da memória espacial. (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 370, grifos nossos).

Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado. (WEIL, 1943).

Trata-se de uma violação do direito ao entorno, uma vez que fortes mudanças se processam na paisagem urbana e no meio ambiente, impactando negativamente nas formas de vida daquele território. O território não é simplesmente um dado físico,

[...] partimos em busca de uma compreensão do território também como um agente produtor de subjetividades, de simbolismos, ou seja, de um lugar no qual o homem estabeleça vínculos, heranças, construa sua história, suas representações e relações de pertencimento. (SILVA, 2012).

As ações migratórias e de remoção [expulsão] branca agredem o ser, furtam parte do que ele é, fazendo-o passar por um árduo processo de desterritorialização, estranhamento e reterritorialização.

Depois de analisar as perspectivas sobre o espaço urbano, que envolve uma complexa relação entre o modelo de desenvolvimento em curso, os interesses econômicos, o direito à cidade, as expectativas de mobilidade social e o emprego e renda, aprofundar-se-á um pouco mais na análise desse espaço urbano que aparece como bem de consumo, e como tal, o poder econômico decide sobre seu uso e ocupação.

O paradigma – progresso e modernização – está associado a uma lógica maior, que é a visão consumista do mundo; é a racionalidade empresarial ditando seu modelo de cidade para todos e, conseqüentemente, indicando o lugar que está permitido às comunidades. Nesse momento, essa racionalidade empresarial, que não se distancia de uma visão instrumental de mundo, promove suas colonizações contemporâneas, ditando também seus padrões estéticos de cidade, a exemplo da excessiva verticalização das edificações.

A necessidade de construção de um “Novo Recife” que reproduz padrões estéticos e arquitetônicos que não dialogam com as populações do entorno e ignoram a tradição e o contexto histórico da cidade, também parecem consolidar as desigualdades na apropriação do espaço urbano. Constituem uma totalidade reguladora investida de velhas retóricas que se perpetuam no discurso hegemônico.

Chama-se a atenção para outro aspecto ideológico que tem total relação nessa conjuntura de venda do espaço urbano: as denominadas construções sustentáveis. Do ponto de vista do ambiente “verde”, esta categoria agrega valor ao produto final. De forma geral, quem vai usufruir daquele espaço compreende que também está colaborando com a otimização da relação sociedade-natureza, quando na verdade, esse “selo de respeito ao meio ambiente” na conjuntura atual, torna-se um valor agregado de cunho ideológico.

Em maio de 2012 o Shopping RioMar recebeu a Certificação AQUA (Alta Qualidade Ambiental), concedida pela Fundação Vanzolini. Bem, que representa esta qualificação? Ao falar sobre o certificado, o diretor de Divisão Imobiliária do Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM), Francisco Bacelar, destacou que o projeto do Shopping era “moderno” e que já nascia com uma concepção de sustentabilidade, enfatizando:

Pensamos os aspectos econômicos, *sociais* e ambientais do projeto. Uma das ações foi o *relacionamento com as comunidades* localizadas no entorno do empreendimento, *a qualificação para 2.021 moradores, em cursos nas áreas de construção civil, varejo, informática básica, aceleração de escolaridade e jovens aprendizes. Desse total, 420 alunos trabalham hoje na obra.* (RIOMAR..., 2012, grifos nossos).

Essa perspectiva de empreendimentos sustentáveis funciona como apaziguadora dos reais problemas sob o argumento de que é possível crescer economicamente “preservando o meio ambiente e a natureza”, relacionando o empreendimento à comunidade local, mediante uma educação para o capital. Vale ressaltar que o Shopping RioMar já foi alvo de denúncias por impingir pessoas a

trabalho escravo⁹. À luz de István Mészáros (2008) observa-se que a lógica do capital é inalterável, qualquer tentativa de reforma remediaria apenas os efeitos, mas não alteraria o essencial nos fundamentos causais.

Nesse sentido, o fato de existir um discurso forte contemporâneo de “economia verde” e uma infinidade de certificações referentes a empreendimentos sustentáveis, não quer dizer que estejamos a caminho de uma mudança social qualitativa e substancial, porque o que muda é a forma, não a essência, uma vez que o próprio discurso de defesa do meio ambiente e de garantia dos direitos é apropriado pelo capital. A desconstrução do olhar de dominação que foi se configurando ao longo da história e que de alguma forma vem revelando alguns traços de colonização ainda presentes na contemporaneidade, seria um caminho no sentido de atenuar as desigualdades sociais que vão distanciando a possibilidade de alcançar qualidade de vida e de assegurar as mínimas condições de dignidade humana.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, A. (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas, São Paulo, Ed. Papyrus, 2000.
- BRASIL. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 [Lei de Terras]. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. **Coleção de Leis do Brasil**, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2012.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FISCALIZAÇÃO flagra trabalho análogo ao escravo em obra de shopping em Recife. **Rede Brasil Atual**, 17 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2012/02/fiscalizacao-flagra-trabalho-analogo-ao-escravo-em-obra-de-shopping-em-recife>>. Acesso em: 1.º jun. 2012.

⁹ FISCALIZAÇÃO flagra trabalho análogo ao escravo em obra de shopping em Recife. **Rede Brasil Atual**, 17 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2012/02/fiscalizacao-flagra-trabalho-analogo-ao-escravo-em-obra-de-shopping-em-recife>>. Acesso em: 1.º jun. 2012.

- FROCHTENGARTEN, F. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, p. 367-376, set.-dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300027&script=sci_arttext>. Acesso em: 1.º jun. 2012
- GARCIA, M.C. **As mercadorias como objetos de desejo: insanidade capitalista**. São Paulo, Edicon, 2006.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.
- HAUG, W. F. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Unesp, 1997.
- JAMESON, F. (1984) Pós-modernidade ou a lógica cultural do capitalismo tardio In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo, Ed. Papius, 2000.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 10 maio 2012.
- RIOMAR ganha selo de valor internacional. **Jornal do Commercio**, Recife, 15 de maio de 2012. Economia. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2012/05/15/riomar-ganha-selo-de-valor-internacional-42118.php>>. Acesso em: 1.º jun. 2012.
- ROLNIK, R. **E possível uma política urbana contra a exclusão?** Serviço Social e Sociedade, vol. 72, pg.53-61, 2002.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2007.
- SILVA, Francisco Marcelo. **Programa Conexões e Saberes: uma política de ação afirmativa para a permanência de negros moradores de favela, na universidade**. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- SOUZA, J. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? **Lua Nova**, n. 59, p. 51-73, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/673/67313611003.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2011.
- ZUKIN, SH. (1988) Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo, Ed. Papius, 2000.
- _____ (1991) Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo, Ed. Papius, 2000.